

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 MAIO/2006 A ABRIL/2007

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (MAIO/2006 a ABRIL/2007)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>603.626</b>	<b>113</b>	<b>603.739</b>
Pessoal Ativo	396.508	61	396.569
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)			0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	9.712		9.712
Demais Despesas com Pessoal Ativo	386.796	61	386.857
Pessoal Inativo e Pensionistas	207.118	52	207.170
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			0
<b>(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)</b>	<b>119.163</b>	<b>0</b>	<b>119.163</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0
Decorrentes de Decisão Judicial	10.562		10.562
Despesas de Exercícios Anteriores	412		412
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	108.189		108.189
<b>TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TDP (III) = (I - II)</b>	<b>484.463</b>	<b>113</b>	<b>484.576</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>			<b>357.359.177</b>
<b>% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100</b>	<b>0,135568%</b>	<b>0,000032%</b>	<b>0,135599%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>0,239136%</b>		<b>854.574</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)</b>	<b>0,227179%</b>		<b>811.846</b>

FONTE: SIAFI e SOF/TRT 4ª REGIAO

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) No total do item "Pessoal Ativo", estão computados R\$ 4.802 mil referentes a Precatórios da Administração Direta e R\$ 4.910 mil referentes a Sentenças de Pequeno Valor (SPV), cuja dotação pertence ao orçamento deste Órgão.

3) Em atendimento à determinação contida no Acórdão 346/2006 – TCU – Plenário e Manual do RGF – 6ª edição, no total das despesas com Pessoal Ativo, não foram somados R\$ 7.419 mil de Precatórios da Administração Indireta, cuja dotação não pertence ao orçamento deste Órgão.

4) No período abrangido por este relatório, não houve despesas inscritas em Restos a Pagar classificadas nos elementos 08, 91 e 92 relativas a inativos e pensionistas.